



Agenda política

Gênero e Poder

*Joyce Miranda Leão Martins¹
Mércia Alves²*

3

“O gênero é uma maneira primária de classificar relações de poder”, afirmou Joan Scott. Trazido à teoria política e social nos anos 1970, com o intuito de diferenciar construções sociais de condicionamentos biológicos, o termo expressa a urgência atual de compreender e contornar os obstáculos materiais e simbólicos que afastam as mulheres e outras minorias dos espaços decisórios.

Ausentes dos contratos sociais e do desenho institucional das democracias representativas, o gênero e suas possibilidades interseccionais emergem, hoje, como categorias que evidenciam construções políticas desiguais, colaborando para a reflexão acerca da qualidade das democracias e da representação política. Por isso, faz-se mister manter esses debates na ordem do dia na Ciência Política. Com esse intuito, o dossiê Gênero e Poder é lançado.

Tendo em vista que a resistência política tem como postulado a resistência epistemológica, como afirma Boaventura de Sousa Santos, trazemos uma miríade de trabalhos, de distintas áreas, que colocam em “*close-up*” os problemas de gênero na sociedade brasileira. A começar pela eleição do último presidente da República, que chegou ao cargo mais alto da Nação dando demonstrações de machismo, racismo e homofobia. Abordando essa onda conservadora na política brasileira, Bruna Soares

¹ Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Tem pós-doutorado em Ciência Política pela PUC/SP.

² Doutoranda em Ciência Política pela UFSCar.

Aguiar e Matheus Ribeiro Pereira abrem o dossiê, observando o processo de institucionalização do *backlash* contra os direitos das mulheres no governo Bolsonaro. Os autores analisam as falas do presidente e de alguns membros do governo sobre os temas aborto, ideologia de gênero e objetificação da mulher, a partir de *corpus* selecionado no Globo, Folha de S.Paulo e Revista Exame nos primeiros meses de governo.

Voltando-se para o papel do jornalismo, nas ideias que produz e faz circular sobre gênero, Daniela Drummond, Juliana Inez Luiz de Souza e Tatiane de Almeida escrevem *As imagens do movimento feminista nos jornais do Brasil e de Portugal (2013-2015)*. As autoras analisam a cobertura do movimento feminista no Brasil e em Portugal, precisamente as imagens das matérias da versão online dos jornais Folha de S.Paulo e Público entre 2013 e 2015. O texto questiona se o movimento feminista é apresentado em uma perspectiva emancipatória ou negativa, e se as mulheres têm um papel ativo nas imagens analisadas, comparando os periódicos brasileiro e português. Apesar do esforço em valorizar as conquistas feministas, as autoras observam nas fotografias da Folha de S.Paulo e do Público um apagamento do movimento feminista como ação coletiva.

Relacionados à esfera estatal e portas de entrada do poder institucional, que espaço os partidos políticos dão às mulheres em suas instâncias internas? Esse é o tema do artigo de Gabriela Machado da Silva e Rosana Soares Campos: *Participação e representação política das mulheres nas comissões executivas do PP e PT no município de Santa Maria/RS*. As autoras ponderam a participação política das mulheres nas comissões executivas do PP e do PT no município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2019. Em ambos os partidos, as autoras observaram a predominância de homens. Entretanto, o PT apresenta um maior número de mulheres em suas instâncias de poder, resultado de políticas internas e de cotas. Ao passo que, no PP, apesar do cargo de maior poder da sigla ter sido ocupado por uma mulher, no geral, há pouca participação feminina. Embora tenham singularidades, as siglas acabam por refletir a desigualdade de gênero na política.

Indo além da dicotomia mulher/homem, Lucas Henrique de Sousa, reflete em *Cidadania e documentos de identificação: Possibilidade para se pensar o gênero*, sobre

os impasses encontrados por transexuais, travestis, *queers* e não binários em relação à sua documentação e identidade de gênero. O autor destaca a importância do nome social nos documentos de identidade, bem como do acesso à requalificação civil, passando pela discussão sobre a demanda pela desburocratização desse processo. Os documentos, argumenta ele, atuam como instrumentos de manutenção das normas hegemônicas de masculinidade e feminilidade. Essas normas, como afirmariam Joan Scott, Carole Pateman, María Lugones (entre tantas outras), são as próprias responsáveis pelas desigualdades relacionadas aos gêneros.

Dessa forma fechamos o dossiê temático, com quatro artigos que abordam o gênero e as relações de poder analisados a partir de diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas. Desejamos boa leitura a todes!